



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**255^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ata da ordem do dia 21 e 22 de junho de 2017

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 255ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

Data: 21 e 22/06/2017

1 Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezessete teve início a 255ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do
3 Conselheiro Sr. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular
5 Solange Teixeira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira
6 Titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de
7 Deficientes Físicos; Conselheira Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do
8 Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira,
9 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheira
10 Suplente Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
11 - FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do
12 Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do Fórum Nacional dos Usuários de
13 Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque
14 Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFITO;
15 Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua;
16 Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos Empregados em
17 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente
18 Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular
19 Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da
20 Seguridade Social - CNTSS; Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da
21 Fundação Projeto Pescar; Conselheira Suplente Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do
22 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Mariana
23 de Sousa Machado Neris, Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS;

24 Conselheira Suplente Nayara Frutuoso Furtado, Representante do Ministério do Desenvolvimento
25 Social - MDS; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do
26 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski,
27 Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo,
28 Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira
29 Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheira Suplente
30 Marília Paiva de Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
31 Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de
32 Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira,
33 Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – DF; Conselheira Suplente
34 Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
35 Conselheiro Suplente Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e
36 Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheiro Titular Alberto Albino dos Santos, Representante
37 do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **ABERTURA 21/06/2017:** O Sr. Fábio Moassab
38 Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a reunião,
39 cumprimentando a todos e explanou que a composição desse pleno está completando um ano de
40 existência, salientando que esse ano foi de muito trabalho. Arrazoou que é um mérito conseguirem
41 manter o debate da Política de Assistência Social dentro das políticas, apesar das divergências e
42 informou que a pauta é composta por: Dia 21/06/2017: I) Aprovação da pauta da 255ª Reunião
43 Ordinária do CNAS e da Ata da 254ª Reunião Ordinária do CNAS; II) Informes; III) Relato da
44 Comissão de Ética; IV) Apresentação sobre as ações monitoramento do PPA 2016/2019; V) Relato
45 da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; VI) Apresentação sobre
46 o Acolhimento Familiar e Guarda Subsidiada; VII) Apresentação da Rede Cadastro Único; Dia
47 22/06/2017: I) Relato da Presidência Ampliada; II) Relato da Comissão de Financiamento e
48 Orçamento da Assistência Social; III) Relato da Comissão de Políticas da Assistência Social; IV)
49 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; V) Relato da
50 Comissão de Normas da Assistência Social. Colocando para apreciação dos conselheiros a Ata da
51 254ª Reunião Ordinária do CNAS, a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-
52 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do Fórum Nacional dos
53 Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, cumprimentou a todos e desejou um dia prospero
54 de trabalho. Articulou que aprovaram a resolução que aprova os critérios de partilha para expansão

55 do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício de 2017, entretanto,
56 lembrou que o Regimento Interno do CNAS aborda que quando se trata de deliberação em relação a
57 qualquer tipo de financiamento é necessário realizar uma votação com quórum qualificado.
58 Observou que analisando a degravação e ata não foi cumprido esse requisito, sugerindo que a ata
59 não seja aprovada até a próxima reunião, para que possam realizar um novo diálogo e publicizar
60 algo dentro da legalidade. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou que a Secretária Executiva
61 busque as suas anotações referentes à votação e explicou que, na realidade, os critérios de partilha
62 tratam de um recurso já disponibilizado e não de um recurso novo que necessita de votação com
63 quórum qualificado. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização
64 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, cumprimentou a todos e entendeu que a explanação
65 da Vice-Presidente está questionando a validade da votação, sendo necessário esclarecer se a
66 mesma foi legítima ou não. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
67 Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, compreendeu que a
68 resolução abordava sobre a expansão do orçamento para o programa e solicitou esclarecimento
69 sobre os processos de votação, visto que a justificativa da sociedade civil foi de que não poderiam
70 expandir o financiamento de um programa que ainda não estava sendo executado. A Sra. Maria do
71 Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, intuiu que houve um mal-
72 entendido, uma vez que não há expansão orçamentária e apenas foram distribuídos recursos não
73 gastos do orçamento já aprovado com outros municípios. A Vice-Presidente Rosângela Maria
74 Soares dos Santos ponderou que essa questão não está explicitada na resolução, solicitando que seja
75 acrescentado. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira postulou que houve equívoco
76 lamentável de entendimento, pois toda a argumentação da sociedade civil foi baseada na expansão
77 orçamentária e o Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu, talvez, tenha sido um preciosismo
78 do governo de trazer esse item para pactuação no CNAS, já que não existia uma expansão.
79 Explanou que havia entendido que estava claro que não havia uma expansão de recursos, sendo que
80 a intenção era criar um critério para contemplar os demais municípios tendo em vista os não aceites.
81 Relatou que poderão dar um novo encaminhamento, sugerindo, talvez, elaborar uma nova resolução
82 com uma redação clara. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos propôs que a
83 resolução seja anulada e seja construída outra com os elementos necessários e notificou que recebeu
84 uma matéria versando sobre a aprovação da CIT da continuidade dos repasses financeiros para as
85 Ações Estratégicas do PETI, solicitando esclarecimento sobre o processo. A Sra. Maria do Carmo

86 Brant de Carvalho esclareceu que tudo será pactuado e discutido calmamente na CIT e também no
87 CNAS, visto que um dos pontos que será discutido é a distinção entre programas e serviços.
88 Destacou que não podem assumir um PETI em que há Estados e municípios que não utilizaram o
89 recurso e esclareceu que possuem a intenção de alterar a norma e colocar um limite para
90 apresentação de um diagnóstico ou um plano de ação, inclusive com um cronograma de gasto até do
91 dia 30 de junho de 2017, caso não apresente, será solicitado à devolução dos recursos.
92 Complementou que os Estados e municípios que apresentarem o plano de ação serão contemplados
93 com os recursos que serão disponibilizados até o final de 2017. A Vice-Presidente Rosângela Maria
94 Soares dos Santos compreendeu que precisam definir o encaminhamento sobre a resolução antes de
95 seguirem para o próximo item de pauta, sugerindo que a mesma seja anulada e seja elaborada outra
96 preposição para votação de acordo os encaminhamentos da Secretária Nacional. O Presidente Fábio
97 Moassab Bruni inferiu que o MDS deve ter iniciado os processos em relação ao termo de aceite e
98 que, não poderiam simplesmente anular a resolução. Informou que está tentando se comunicar com
99 a Coordenadora da Regulação do SUAS, para que enviasse uma pessoa para elaborar uma nova
100 redação de retificação. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação
101 Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, explanou que o Parágrafo Único do
102 Artigo 24 do Regimento Interno do CNAS reforça a explanação da Vice-Presidente de que é
103 necessário ter quórum qualificado, sugerindo realizar uma discussão com relação à resolução. O
104 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que a resolução deve ser revogada, para
105 construção de uma nova resolução ou de um novo texto, visto que houve um entendimento
106 equivocado da sociedade civil. O Presidente Fábio Moassab Bruni questionou se existe uma
107 discordância da sociedade civil em relação a manter o orçamento e elaborar os critérios de
108 contemplação para que outros municípios realizassem o termo de aceite, mantendo o orçamento
109 total já aprovado no programa. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira informou que o
110 encaminhamento da sociedade civil é pela revogação dessa resolução, para elaboração de outra
111 resolução em consonância do que foi explicado pela Secretária Nacional. O Presidente Fábio
112 Moassab Bruni elucidou que as maneiras de revogar uma resolução são através da elaboração de
113 uma resolução com uma nova redação, que juridicamente causaria um vácuo no processo. A
114 Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,
115 esclareceu que, se for realizada a revogação da resolução, todo o seu efeito é perdido desde a sua
116 publicação, implicando em prejuízos para os municípios que já realizaram o aceite e que, se for

117 realizada uma retificação, os efeitos serão mantidos e apenas é realizado uma correção no objeto da
118 resolução. A Conselheira Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos
119 Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF,
120 cumprimentou a todos e contribuiu com a preocupação trazida pela Conselheira Solange Teixeira da
121 revogação, entretanto, arrazoou que a partir do momento que a resolução feriu o Regimento Interno
122 do CNAS, a mesma é nula. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho discorreu que há
123 possibilidade de trazer um especialista da regulação até amanhã, para que possam fazer uma
124 rediscussão e o Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu como encaminhamento elaborar uma
125 redação que contemple o debate realizado com um responsável da área de regulação. Após algumas
126 manifestações sobre o assunto, a Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho ponderou que não deveria
127 ter sido deliberada essa resolução no CNAS, uma vez que a responsável por questões relacionadas à
128 gestão é a CIT e o Presidente Fábio Moassab Bruni indicou os Conselheiros Benedito Augusto de
129 Oliveira, Clátia Regina Vieira, Solange Teixeira e Maira Leiliane Oliveira Almeida para
130 apresentarem uma proposta de resolução juntamente com o representante da regulação. A Sra.
131 Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, lembrou que as resoluções
132 pactuadas na CIT são separadas e adequadas referente à gestão, sendo que as questões previstas no
133 Regimento Interno do CNAS seriam deliberadas no Conselho. Informou que o Regimento Interno
134 está sendo objeto de estudo do IPEA, que apresentará uma proposta na Comissão de Normas da
135 Assistência Social, em que será explorado o artigo que trata sobre o quórum qualificado, posto que
136 o mesmo possui várias interpretações. Prosseguindo para os informes da Secretária Nacional de
137 Assistência Social, a Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho relatou que, após um ano de sua
138 posse, estão vivendo uma situação desalentadora e conturbada, entendendo que é o momento de
139 refletir sobre o papel dos conselheiros, gestores e de todas as esferas. Comunicou que foram
140 alcançados os seguintes avanços no SUAS: I) melhoria do repasse de recurso e a diminuição da
141 dívida do MDS com os municípios e Estados; II) manutenção do Programa Bolsa Família com o
142 compromisso de reajustá-lo de acordo com as perdas inflacionárias passadas; III) respeito às
143 instâncias de pactuação e deliberação; IV) busca do fortalecimento dos mecanismos de gestão com
144 a ativação da Mesa Nacional de Gestão do Trabalho e o apoio e financiamento ao I Encontro
145 Nacional dos Usuários do SUAS, Encontro Indígena e Encontro Pan-Amazônico de Proteção
146 Social; V) realização de diversas oficinas com entidades sociais vinculadas ao SUAS; VI)
147 convocação e custeio da Conferência Nacional de Assistência Social em 2017. Salientou que

148 possuem dois pontos polêmicos, o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa Criança
149 Feliz, comentando que os recursos aplicados pelo Programa Criança Feliz em 2017 foram de R\$
150 275 milhões. Lembrou que já conseguiram um aumento de 45% nos recursos para o PAIF, que será
151 concedido a todos os municípios e também para o cofinanciamento das equipes volantes,
152 significando um acréscimo de R\$ 340 milhões no orçamento. Arrazoou que iniciaram em 2017 a
153 realizar a expansão da Rede de Centro Dia, devido a uma estratégia emergencial para atender os
154 municípios com alta prevalência de microcefalia causada pelo Zika Vírus e discorreu que, nesse
155 processo, estão fortalecendo a Assistência Social, no sentido de atender as famílias, especialmente
156 as mães adolescentes que não possuem outro tipo de apoio, além de estabelecer uma forte
157 articulação com a saúde e a educação. Articulou que estão convencidos que não poderão expandir e
158 nem qualificar a rede sem investimentos na Política Nacional de Assistência Social, sendo que esse
159 é o maior compromisso do MDS e da SNAS no exercício de 2017 e 2018. Ilustrou que o próximo
160 passo será avançar na extensão do cofinanciamento federal para os CRAS que estão implantados
161 com recursos locais, mas que ainda não recebem recursos federais e que, estão pensando em
162 expandir para 9.000 CRAS até o final de 2018, atendendo o Plano Decenal e definindo metas claras.
163 Explanou que ainda possuem como desafio levar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
164 Vínculos para mais 500 municípios na Proteção Social Básica e que, existem desafios maiores na
165 Proteção Social Especial, como: instituir um cinturão de proteção social especial na zona de
166 fronteiras com expansão dos CREAS, Serviços de Abordagem Social e Serviços de Acolhimento;
167 expansão qualificada dos Serviços de Medidas Socioeducativas em todos os municípios; ampliação
168 do número de vagas de acolhimento para a população em situação de rua; aumento do custeio para
169 R\$ 500,00 por vaga para acolhimento de pessoas idosas e conseguir uma parceria mais forte com o
170 Ministério da Saúde para trabalhar uma política conjunta de cuidados. Informou que foi aprovada a
171 expansão do serviço de família acolhedora, incluído um subsídio as próprias famílias e que,
172 pretendem inaugurar e expandir o acolhimento de crianças na família extensa com a supervisão da
173 Assistência Social em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Destacou que a situação
174 da regulamentação das situações de emergências sociais está complicada, visto que existe uma
175 situação de emergência em relação dos fluxos migratórios e dos momentos agudos de violência.
176 Notificou que estão elaborando uma nota técnica sobre o que seria emergência social na Assistência
177 Social, que será pactuada no CNAS, acrescentando situações de pós-emergências. A Conselheira
178 Carmen Lúcia Lopes Fogaça ponderou que é evidentemente necessária a expansão dos CRAS,

179 todavia, entendeu que seria necessário pensar como podem trabalhar para melhorar os
180 equipamentos existentes. A Conselheira Edna Aparecida Alegro articulou que precisam buscar dar
181 funcionabilidade aos equipamentos existentes e integrar a rede e notificou que uma assistente social
182 foi presa em São Paulo fazendo o serviço de abordagem com outros assistentes sociais. Comentou
183 sobre a lei do município de Formosa/GO sobre Benefícios eventuais, que aborda sobre doação,
184 atestado de carência e Comissão de Atestado de Carência. A Conselheira Luziana Carvalho de
185 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
186 – COFITO, sugeriu que fosse realizado um evento para discutir sobre a questão da residência
187 inclusiva, por se tratar de um programa muito importante e possui uma adesão muito baixa dos
188 municípios e propôs que as chacinas no campo sejam incluídas como momentos agudos de
189 violência. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho postulou que existem duas opções para a
190 qualificação dos equipamentos, o Capacita SUAS e a Mesa Nacional de Gestão do Trabalho e
191 compreendeu que seria necessário criar um recurso adicional para os Estados, para que os mesmos
192 deem um apoio aos municípios. Informou que as providências serão tomadas com relação ao
193 município de Formosa/GO e que, o CNAS deve encaminhar propostas para a SNAS, como de
194 realização de um evento sobre a residência inclusiva, para que as mesmas sejam atendidas. A
195 Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de
196 Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE, relatou que estão vivenciados uma situação em que
197 os municípios estão executando a política e os Estados não repassam nenhum tipo de recurso. O
198 Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua, ilustrou
199 que existe uma estimativa do IPEA que aponta que existem 102 mil pessoas em situação de rua e
200 salientou que é preocupante o aumento dessa população e a pouca oferta de serviços para a mesma.
201 Compreendeu que precisam pensar em realizar algo na linha de pesquisar mais sobre esse
202 segmento, no sentido de identificar da melhor maneira possível, para que pudessem refletir em
203 alguma política. A Conselheira Tathiane Aquino de Araújo, Representante da Rede Nacional de
204 Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE, reivindicou que não existe uma política para a
205 população LGBTT no campo da Assistência Social e o Presidente Fábio Moassab Bruni
206 compreendeu que podem aprofundar alguns itens em conjunto com o Conselho LGBT, tal como foi
207 realizado com o CONANDA com relação à criança em situação de rua. O Conselheiro Sávio
208 Angelin Pereira, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS,
209 ponderou que ficou muito feliz com a explanação da Secretária Nacional sobre a expansão e

210 cofinanciamento dos CRAS e entendeu que seria importante que o MDS realizasse um esforço na
211 estruturação das vigilâncias nos municípios para maior qualidade nas ofertas dos serviços e
212 realizasse um estudo com relação aos custos dos serviços. O Conselheiro Leovane Gregório,
213 Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, questionou qual foi a ação assinada pelo
214 Ministro em São Paulo e o Conselheiro Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de
215 Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, indagou qual seria a participação da Assistência
216 Social na problemática de migração e como o governo está se estruturando para enfrentá-la. O
217 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil,
218 informou que será realizado, hoje, um ato unificado dos trabalhadores da saúde e da assistência
219 social em São Paulo contra as ações de truculência da política na Cracolândia. Postulou que foi
220 elaborada uma manifestação do Fórum de Assistência Social de São Paulo e de outros Conselhos
221 com relação a essa situação e que, na visita do Ministro a cidade de São Paulo, foi anunciada a
222 transferência de R\$ 25 milhões para o Programa Redenção, que atualmente está cuidando das ações
223 para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Indagou de onde foi retirado esse
224 recurso, sendo que o mesmo ainda não passou pela Comissão de Financiamento e se o mesmo está
225 previsto dentro das ações do Fundo da Assistência Social. A Sra. Maria do Carmo Brant de
226 Carvalho entendeu que é necessário realizar outro estudo sobre a população em situação rua, para
227 realmente identificar a mesma e explanou que não será destinado recurso a cidade de São Paulo se o
228 Conselho Municipal não aprovar. Com relação ao recurso disponibilização para o Programa
229 Redenção, explicou que o mesmo foi uma antecipação de recursos Fundo a Fundo para cobrir a
230 enorme necessidade de abrigamento em São Paulo. Compreendeu que o tema LGBTTT ainda não
231 entrou na agenda da Assistência Social, sugerindo realizar uma estratégia de publicar notícias sobre
232 a população LGBTTT no InfoSUAS e nos *sites* do MDS e uma oficina sobre o tema. O Presidente
233 Fábio Moassab Bruni propôs elaborar uma resolução conjunta do CNAS e o Conselho LGBTTT,
234 para dar orientação e visibilidade ao segmento. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho inferiu
235 que o recurso para vigilância é de extrema necessidade e informou que não houve avanços com
236 relação ao estudo dos custos dos serviços do SUAS, pois dependem de outras instituições para
237 realizá-lo. Arrazoou que solicitará a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris para procurar o
238 Conselheiro Maurício José Silva Cunha para repassar as informações referente à situação migratória
239 e compreendeu que o CNAS precisa pensar em uma estratégia para contratação de pessoas. A
240 Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali, ponderou que não

241 podem anular um público em prol de outro e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos
242 agradeceu a presença da Secretária Nacional e propôs realizar a apresentação sobre as ações
243 monitoramento do PPA 2016/2019 e posteriormente dar continuidade aos informes, já que os
244 convidados já se encontram presentes. Com a concordância dos Conselheiros, o Sr. Rodrigo
245 Ramiro, Representante do Ministério do Planejamento, cumprimentou a todos e informou que essa
246 ação é conjunta da Secretaria da Presidente da República e do Ministério do Planejamento, que trata
247 de uma proposta de monitoramento participativo do PPA. O Sr. Jailton Almeida, Representante da
248 Secretaria Nacional de Articulação Social, explicou que a ação foi fruto de uma iniciativa com a
249 participação da sociedade civil e elaborada dentro da OGP, que é uma parceria para o governo
250 aberto promovida pela CGU. Arrazoou que essa iniciativa colaborará muito com a efetividade do
251 monitoramento do PPA e enriquecerá o Fórum Interconselhos, que é um ambiente propício para
252 todos os conselhos compartilharem melhores ideias. Explanou que realizaram uma reunião, em que
253 convidaram os Secretários Executivos e alguns membros dos Conselhos que lidam com o
254 orçamento e explicaram como seria a dinâmica. Articulou que abriram para consulta pública a
255 proposta elaborada pelo planejamento, em que foram realizadas algumas contribuições. O Sr.
256 Rodrigo Ramiro apresentou a legislação do PPA, que coloca claramente a participação social em
257 todas as etapas do ciclo e postulou que é uma premissa e uma responsabilidade do Ministério do
258 Planejamento fazer o monitoramento participativo, visto que a iniciativa faz parte do Compromisso
259 Internacional Brasileiro nº 14, que trata sobre a ampliação da participação social no PPA por meio
260 do Fórum Interconselhos. Explanou que a dinâmica atual, desde 2012, tem sido de monitoramento
261 participativo do PPA através do Fórum Interconselhos e relacionado a nove agendas transversais.
262 Arrazoou que estão trabalhando no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS,
263 sendo que ideia é elaborar uma agenda transversal para cada uma das ODS e estão fazendo uma
264 validação dessas agendas com todos os setoriais da Esplanada para chegar à implementação da
265 Comissão Nacional, na próxima semana, com esse insumo já finalizado. Discorreu que a proposta
266 trazida sugeriu a manutenção do monitoramento das agendas e incluiu o monitoramento participativo
267 tempestivo, visto que os conselhos relacionados diretamente a cada agenda transversal selecionarão
268 cinco metas ou iniciativas dentro do escopo das agendas. Elucidou que a partir do momento que são
269 selecionadas as metas ou as iniciativas, o Ministério do Planejamento junto com órgãos setoriais
270 elaborará um Plano de Implementação Simplificado, para que os conselhos consigam fazer o
271 monitoramento *stricto sensu* durante a implementação e que, a Secretaria de Governo e a SEPLAN

272 serão os mediadores para qualquer eventualidade. O Sr. Jailton Almeida destacou que existem duas
273 grandes mudanças na perspectiva do monitoramento da sociedade civil, a primeira são os objetivos
274 dos ODS e a segunda será solicitado para os órgãos que detalhe a metodologia para conquistar as
275 cinco metas escolhidas pelos conselhos. O Sr. Rodrigo Ramiro esclareceu que a proposta original
276 era que fosse feito priorizações em cima das agendas temáticas já definidas, porém, no caso da
277 Assistência Social não existe uma agenda transversal já colocada no PPA e tentarão montar uma
278 agenda própria ou realizar uma ligação entre conselhos. Explicou as formas que serão trabalhadas
279 no CNAS e articulou que a metodologia nova gerará uma sinergia entre o sistema de planejamento e
280 orçamento dentro da Esplanada, aumentando a capacidade da sociedade civil e dos conselhos de
281 influenciar diretamente na política. Postulou que possuem vários desafios e a ideia é apresentar para
282 o maior número de atores possíveis para discutir essa proposta. Apresentou a situação do
283 cronograma e agradeceu pela oportunidade de exposição. O Presidente Fábio Moassab Bruni
284 agradeceu pelas informações e lembrou que o Brasil ganhou o maior reconhecimento da ONU, o
285 Prêmio Internacional de Serviço Público, que trata da iniciativa do acompanhamento do PPA pelos
286 diversos fóruns. Questionou quantos representantes do Conselho poderão acompanhar no Fórum
287 Interconselhos. O Sr. Jailton Almeida esclareceu que os conselhos poderão definir quatro
288 representantes, que terão a participação custeada pela Secretaria de Governo, mas, ilustrou que cada
289 conselho poderá enviar mais representantes desde que custei a sua participação. Informou que será
290 enviado todo o planejamento específico do Fórum. O Sr. Rodrigo Ramiro ponderou que seria muito
291 interessante chegar ao Fórum com a seleção de suas experiências, para acordar o processo de
292 monitoramento. O Presidente Fábio Moassab Bruni arrazoou que poderão reunir as metas que estão
293 associadas às políticas sociais e outras políticas que podem interessar ao CNAS via Secretaria
294 Executiva, para posteriormente socializar com todos os conselheiros, ficando com o indicativo da
295 Comissão de Financiamento trabalhar, selecionar e apresentar uma proposta para o pleno em julho.
296 O Sr. Jailton Almeida explanou que as agendas ODS podem ser também uma forma de identificar
297 em que local será depositado maior esforço no monitoramento. O Presidente Fábio Moassab Bruni
298 solicitou que o material que realiza a vinculação das ODS com a organização do PPA da
299 Assistência Social seja enviado, para trabalhar na seleção. A Conselheira Tathiane Araújo Aquino
300 parabenizou pela proposta e entendeu que a mesma propiciará que a sociedade civil tenha um
301 acompanhamento fluido. Recomendou que o CNAS elaborasse uma nota sobre a questão, para que
302 os mecanismos de recomendação sejam facilitados para os conselhos municipais e estaduais. O

303 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski também parabenizou pela iniciativa e discorreu que a
304 mesma oportunizará que o CNAS possa acompanhar de forma mais incisiva o PPA. Ilustrou que a
305 proposta da Comissão de Financiamento realizar a análise das metas que estão associadas às
306 políticas sociais e outras políticas que podem interessar ao CNAS, para trazer ao pleno de julho,
307 existe um problema, uma vez que possuem a apreciação do relatório trimestral e da proposta de lei
308 orçamentária em julho. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que podem realizar essa
309 análise em agosto e a Conselheira Elisa Maciel Costa articulou que a é a primeira vez que o PPA
310 2016/2019 reconhece que o Brasil precisa formular uma política pública específica para povos e
311 comunidades tradicionais. Comentou que senti muita falta da especificidade de povos e
312 comunidades tradicionais quanto é discutido os ODS, pois o mesmo foi criado com base na cultura
313 européia e indoamericana e por tanto, a estratégia de nomenclatura é relativa a minorias. Relatou
314 que teriam 10 metas e 72 objetivos aproximadamente a serem cumpridos, entretanto, salientou que
315 senti falta de começar a nomear a estrutura de minoria. O Sr. Jailton Almeida manifestou que os
316 ODS possui, realmente, uma generalização internacional de agendas, que precisa fazer uma leitura
317 sob a ótica da realidade do país e que, a Comissão Nacional e as Câmaras Temáticas são o ambiente
318 que essas agendas precisam ser mais discutidas e mais priorizadas. O Sr. Rodrigo Ramiro ponderou
319 que o Conselho Nacional LGBT é um conselho forte em relação à questão do planejamento e
320 orçamento e explicou que podem ajudar na montagem do que poderia ser uma agenda a partir dos
321 recortes existentes, pois alguns conselhos não irão se vincular a um objetivo de desenvolvimento
322 sustentável, que muitas vezes é muito amplo. Relatou que, no processo de mapeamento e
323 alinhamento que está sendo feito do PPA com os ODS, a questão dos povos e comunidades
324 tradicionais tem sido colocada e explicou que é prevista nos ODS uma internalização para o país,
325 em que os itens devem ser alterados se o país entender que seria necessário. A Conselheira Elisa
326 Maciel Costa explicou que a sua preocupação é de a possibilidade do Brasil poder fazer essa
327 alteração e não realizá-la e o Sr. Rodrigo Ramiro esclareceu que o MDS, SEGOB e o Ministério do
328 Planejamento são membros da Comissão Nacional, sendo que o local para essa questão é nessa
329 Comissão. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou a Secretária Executiva que realizasse a
330 verificação do quórum e realizada a mesma, retornou aos informes. A Conselheira Maira Leiliane
331 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
332 Social – FONSEAS, informou que o FONSEAS se reuniu no dia 05 de junho de 2017, em que foi
333 debatido a pauta da reunião da CIT, inclusive trazendo o ponto do PETI. Arrazoou que o Presidente

334 do FONSEAS esteve presente na abertura do Encontro Nacional do CONGEMAS, em Porto
335 Seguro, representando todos os gestores estaduais e que, existem pontos muito importantes para
336 serem debatidos na reunião do dia 04 de julho de 2017, como: planejamento dos encaminhamentos
337 demandados no Encontro Nacional, medidas socioeducativas em meio aberto e a recomposição das
338 comissões temáticas. Com relação aos informes do CONGEMAS, o Conselheiro Sávio Angelin
339 Pereira notificou que o CONGEMAS está realizando o seu Encontro Nacional na Universidade
340 Federal Sul da Bahia, em Porto Seguro, como tema “O Plano Decenal da Assistência Social:
341 Compromisso na Defesa dos Direitos e na Efetivação do SUAS”. Discorreu que estão sendo
342 realizadas várias oficinas simultâneas em parceria com MDS aliadas com algumas experiências de
343 gestão e que, existem 1.700 participantes escritos, o que fortalecerá o debate em torno da efetivação
344 do SUAS e o compromisso da defesa dos direitos socioassistenciais. Notificou que, durante esse
345 encontro, será realizada a recomposição do CONGEMAS, como também as indicações para o
346 CNAS e a CIT. O Conselheiro Leovane Gregório comunicou que a reunião da CIT teve como ponto
347 de pauta: Balanço e Avaliação do Capacita SUAS, Novos Critérios de Partilha dos Recursos do
348 PETI – Debate e Pactuação, Medidas Socioeducativas – Informe da Câmara Técnica e Debate para
349 os Rumos dos Serviços do SUAS, Balanço e Revisão do IGD/SUAS, Serviços de Acolhimento de
350 Pessoas Idosas – Cenário Atual e Perspectivas. Postulou que, no primeiro item de pauta, o MDS
351 trouxe algumas propostas para avanço do Capacita SUAS e no debate, houve o entendimento de que
352 alguns itens não poderiam ser modificados, sendo que não houve um consenso de como tratar e
353 avançar na questão e será pauta de outras reuniões. Comentou que houve a tentativa de pactuar uma
354 proposta de novos critérios de partilha dos recursos do PETI até dezembro de 2017 e foi
355 consensuado a apresentação, por parte dos municípios, de um plano de trabalho até dezembro para
356 avaliação, sendo que aqueles que mostrarem que seriam executadas as ações do PETI continuariam
357 recebendo os recursos. Com relação às medidas socioeducativas, informou que a Câmara Técnica
358 iniciou a apresentação dos seus trabalhos, porém, alguns membros da CIT entenderam que os
359 documentos e os materiais produzidos deveriam ser encaminhados, para que os Estados e
360 municípios pudessem se apropriar dos trabalhos e posteriormente debater o rumo das medidas
361 socioeducativas. Postulou que, no balanço e revisão do IGD/SUAS, foi apresentada uma proposta
362 com relação ao trabalho de revisão do IGD/SUAS e foi consensuado de continuar o debate da
363 revisão do recurso para a próxima reunião. Complementou que ficou definido que será discutido na
364 próxima reunião sobre os serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua e para pessoas

365 idosas. Prosseguindo para os informes dos Conselheiros, a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça
366 notificou que foi realizada a reunião do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com
367 Deficiência – CONADE, em que foi subscrito um manifesto sobre a alteração dos Artigos 20 e 21
368 da LOAS do Comitê Brasileiro das Organizações Representativa da Pessoa com Deficiência, que é
369 composto pelas organizações nacionais. Salientou que o mesmo trata de um ponto do relatório da
370 reforma da previdência, realizando a sua leitura. Destacou que o atual governo é perverso, pois
371 estão matando aos poucos as pessoas com deficiências. A Conselheira Clátia Regina Vieira
372 informou que no dia 13 de junho de 2017, no Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a eleição do
373 CEAS e que, também foi realizada uma das pré-conferências na cidade do Rio de Janeiro,
374 ponderando que o CEAS tem acompanhado e se esforçado na mobilizado do processo conferencial
375 2017. Justificou que não participará da próxima reunião ordinária do CNAS, devido ao dia 25 de
376 julho, Dia da Mulher Negra, em que há uma agenda em todo Estado. A Conselheira Maria José
377 Vasconcelos Barreto Carvalho notificou que participou da oficina de socioaprendizagem,
378 juntamente com a Conselheira Edna Aparecida Alegro, em que MDS e Ministério do Trabalho -
379 MTE explanaram sobre a socioaprendizagem e as instituições sobre como é desenvolvido o trabalho
380 nesse tema. Arrazoou que percebeu que existem diversas formas de desenvolver o trabalho na
381 socioaprendizagem e ressaltou que não concordou com a explanação de um representante do MTE,
382 em que alegou que a socioaprendizagem não deve dar prioridade aos adolescentes que possuem
383 vulnerabilidade. A Conselheira Edna Aparecida Alegro salientou a importância da realização da
384 oficina de socioaprendizagem, uma vez que existe uma confusão do que é socioaprendizagem com
385 convivência e fortalecimento de vínculos. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho
386 complementou que houve uma boa participação no Encontro Regional que aconteceu em Sergipe,
387 porém, sentiram falta da representação do Presidente. Informou que está participando de diversas
388 conferências municipais de Sergipe, sendo que está observando a realização de boas conferências
389 como de conferências apenas para a retirada de delegados. A Vice-Presidente Rosângela Maria
390 Soares dos Santos notificou que representou o CNAS nas Reuniões Regionais Norte e Sul/Sudeste,
391 uma vez que percebeu que o Informe CNAS nº 04 contribuiu muito para os Estados no processo de
392 organização das conferências, entretanto, tem observado que alguns municípios possuem muitas
393 dificuldades em compreender o que é o tema da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
394 Discorreu que também representou o CNAS na I Reunião do CONATRAP, em maio, saindo com
395 muitas dúvidas e incertezas, sugerindo que houvesse um momento no CNAS, para que pudessem

396 trazer o debate sobre o tráfico de pessoas junto com a média complexidade. Articulou que a
397 CONATRAP realizará um seminário internacional, no Rio de Janeiro, para tratar sobre o tráfico de
398 pessoas, solicitando aos conselheiros da sociedade civil que coloquem as suas organizações a
399 disposição para participar do mesmo. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira postulou que
400 foram retirados alguns encaminhamentos no encontro do Fórum Nacional dos Trabalhadores,
401 elencando os mesmos. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão comunicou que
402 participou do Seminário de Vigilância Socioassistencial juntamente com os Conselheiros Carlos
403 Nambu, Elisa Maciel Costa e Fábio Moassab Bruni e compreendeu que a vigilância
404 socioassistencial seria um tema muito interessante para trazer ao pleno do CNAS. Relatou que ficou
405 clara a importância da vigilância como também que existe uma necessidade de uma mobilização
406 junto aos municípios, para que os mesmos se comprometam e se envolvam com a inserção de
407 dados. Registrou a insatisfação com relação à retirada das explanações da mesa de abertura dos
408 conselheiros do CNAS devido à falta de tempo. A Conselheira Silva Regina Ramires,
409 Representante do Fundação Projeto Pescar, notificou que participou do Fórum Nacional de
410 Aprendizagem, no dia 23 de maio de 2017, e do seminário em Caxias do Sul/RS, no dia 12 de junho
411 de 2017, representando o CNAS. Explicou que, no Fórum Nacional de Aprendizagem, ficou
412 evidenciada a posição do MTE juntamente com o Ministério da Educação de que a aprendizagem e
413 a socioaprendizagem são itens distintos e que, no Seminário em Caxias do Sul/RS, foi entregue a
414 terceira edição da Revista Aprendiz. O Presidente Fábio Moassab Bruni informou que participou do
415 Encontro Nacional do CONGEMAS juntamente com a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares
416 dos Santos, em que foi lançada a *hashtag* “SUAS por Direitos”, sendo que já existem diversos
417 conselhos publicando fotos mostrando o processo conferencial e reuniões específicas da gestão do
418 trabalho discutindo temas da conferência. Acrescentou que também foi lançada a revista do
419 CONGEMAS. Seguindo para o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Ética, realizada no dia
420 19 de junho de 2017, a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho arrazoou que foi
421 constatado que as provas não foram validadas como provas pela Justiça e nem pelo dativo que foi
422 nomeado para defesa dos réus. Ilustrou que foi elaborado um relatório, que será encaminhado a
423 Presidência e que, foi consensuado o arquivamento do processo, uma vez que a própria Justiça
424 havia arquivado o mesmo por falta de provas concretas. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares
425 dos Santos afirmou que consideraram a Ata da 254ª Reunião Ordinária do CNAS aprovada, porém,
426 com a ressalva sobre a resolução aprovada e questionou qual foi encaminhamento retirado da

427 reunião com o representante da regulação. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira elucidou
428 que o encaminhamento foi de alterar a redação da resolução, inserindo o termo “readequar” ao invés
429 de “expandir”. Prosseguindo para aos informes da Presidência e Secretaria-Executiva, a Sra. Maria
430 das Mercês Avelino de Carvalho informou que foram justificadas as seguintes ausências: a
431 Conselheira Raquel Antunes, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a
432 Conselheira Márcia Góes, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a
433 Conselheira Maria José Vasconcelos, na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF,
434 no dia 23 de junho, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Marília Paiva, nessa
435 reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Maria Amélia, nessa reunião
436 ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Norma Suely, nessa reunião
437 ordinária, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro Carlos Nambu, nessa reunião
438 ordinária, devido a sua participação representando o CNAS na Conferência de Teresina; a
439 Conselheira Elisa Maciel Costa, no período da manhã do dia 22, devido a compromissos
440 institucionais; os Conselheiros Mariana Souza Machado Neris, Renata Aparecida Ferreira e o Luis
441 Otávio Pires de Farias, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; o
442 Conselheiro Felipe, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira
443 Solange Teixeira, no dia 20 de junho, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Thereza,
444 nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais. Prosseguindo para a apresentação
445 sobre o Acolhimento Familiar e Guarda Subsidiada, a Sra. Niusarete Lima, Representante da
446 Coordenação Geral de Serviços Acolhimento da Alta Complexidade, arrazoou que, nos serviços da
447 Proteção Social Especial na alta complexidade, as pessoas com situação de vulnerabilidade e com
448 vínculos familiares rompidos são acolhidos, buscando a reintegração familiar quando possível.
449 Discorreu que todos os serviços devem ser trabalhados com sintonia as especificidades do usuário,
450 buscando a inclusão social e apresentou os serviços tipificados da alta complexidade. Ponderou que,
451 na Resolução Conjunta nº 01/2019 do CNAS e CONANDA, que trata dos serviços de acolhimento
452 para crianças e adolescentes, estão amadurecendo alguns conceitos de alguns públicos
453 especificamente com relação às crianças e adolescentes em situação de rua e estão trabalhando na
454 reformulação da resolução. Articulou que foram editadas e aprovadas duas resoluções no CNAS,
455 tratando especificamente do conceito das diretrizes com relação ao atendimento para crianças e
456 adolescentes em situação de rua. Explanou que as normativas básicas, para organização dos
457 serviços, devem ser compartilhadas para as equipes e que, devem pensar no acolhimento além do

458 acolhimento nos abrigos, considerando a reintegração da criança e do adolescente. Postulou que o
459 Plano Individual de Atendimento - PIA é uma ferramenta importante e está em consulta pública até
460 dia 30 de junho de 2017, para contribuição de todos. Apresentou o cenário do Censo SUAS 2016 na
461 alta complexidade em relação à rede de acolhimento no Brasil, visto que existem 3.065 unidades
462 para crianças e adolescente, representando 53.242 vagas. Ilustrou que, em 2015, havia 2.912
463 unidades de serviços de acolhimento com 33.137 crianças e adolescentes acolhidos e em 2016,
464 havia 3.003 unidades com 32.953 crianças e adolescentes acolhidos, destacando é necessário ter
465 uma atenção especial para a diversidade existente dos públicos atendidos. Apresentou os dados por
466 faixa etária das crianças e adolescentes acolhidas nas unidades de acolhimento e o mapa do cenário
467 dos municípios com unidades de acolhimento e relatou que o serviço de acolhimento para criança e
468 adolescente possui uma rede cofinanciada, visto que 1.127 municípios que recebem recursos de
469 cofinanciamento federal, representando 28.760 vagas e o valor potencial de cofinanciamento federal
470 são de R\$ 14.380.000,00. Informou que das 28.760 vagas estão em pagamento total 27.160 vagas,
471 em pagamento parcial 1.210 vagas e 390 vagas com pagamento suspenso, por falta de informação
472 no CADSUAS da implantação do serviço. Ressaltou que todos os serviços estão em processo de
473 reordenamento até 31 de dezembro de 2017, sendo que foi elaborado um monitoramento do cenário
474 do reordenamento dos serviços no Brasil. Informou que apenas nove Estados realizaram o aceite,
475 representando 960 vagas e um valor potencial de R\$ 480.000,00 por mês, sendo que três Estados
476 estão com pagamento parcial e seis suspensos. Elencou os desafios e os avanços com relação ao
477 acolhimento institucional e manifestou que houve um avanço no cofinanciamento do serviço de
478 acolhimento, em que o Ministro assinou a portaria regulamentando o artigo do Marco Legal da
479 Primeira Infância, possibilitando o pagamento dos subsídios para a família. Arrazoou sobre a
480 importância do acolhimento familiar para a criança e sua evolução, informando que a quantidade de
481 famílias, em 2013, era de 1.364 e existem, hoje, 2.341 famílias e que, o número de crianças
482 acolhidas era de 1.390 e hoje é de 1.837. Apresentou os desafios do acolhimento familiar e
483 discorreu que a guarda subsidiada seria para incentivar as famílias extensas receber a criança,
484 evitando o acolhimento institucional, apresentando também os seus desafios. Notificou que foi
485 realizada, no dia 31 de maio e 1º de junho de 2017, a oficina para discutir todos os desafios
486 apresentados, para que possam elaborar uma solução conjunta e articulou que foram retirados os
487 seguintes encaminhamentos: I) criação de grupo de trabalho para debater sobre guarda subsidiada;
488 II) divulgação da campanha da família acolhedora. Solicitou que a campanha da família acolhedora

489 seja divulgada intensamente e executou a mesma. O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu
490 pela apresentação e comentou que a campanha está grafada com o nome anterior do Ministério,
491 sugerindo a atualização do mesmo. A Conselheira Tathiane Araújo Aquino ponderou que lhe
492 chamou atenção que em nenhum momento não foi mencionado sobre a orientação e identidade de
493 gênero na apresentação e a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho discorreu que
494 existem situações em que os próprios órgãos do município discriminam as crianças e adolescente de
495 abrigos, salientando que as mesmas são condenadas duplamente por estarem nos abrigos e por ser
496 de abrigos. A Conselheira Elisa Maciel Costa explanou que o cartaz não reproduz realmente o que é
497 o Brasil e nem a luta realizada pelo conselho e pela sociedade civil em relação à etnia e raça do
498 povo brasileiro. Salientou que 90% das crianças e adolescentes em abrigos que não são adotadas são
499 negras e informou que irão produzir e doar alguns modelos de cartazes, com a mesma estrutura
500 apresentada, porém, inclusiva. A Conselheira Edna Aparecida Alegro parabenizou pela
501 apresentação e realização da oficina e relatou que as crianças de zero a cinco anos são prioridades,
502 todavia, precisam pensar nas demais, uma vez que a violência é muito grande nos abrigos,
503 principalmente, para as crianças com deficiência. O Conselheiro Leovane Gregório compreendeu
504 que precisam fazer outras campanhas além da família acolhedora, especialmente em relação ao
505 acolhimento dos abrigos nas comunidades e que, o PIA ajudará muito na condução do trabalho e
506 norteará a vida dos indivíduos que estão contemplados nos abrigos. A Sra. Niusarete Lima explanou
507 que precisam trabalhar muito em relação à rotulação dessas crianças e que, precisam aproveitar
508 todas as experiências existentes para otimizar os recursos, considerando todas as diversidades.
509 Elucidou que é necessário dar uma atenção especial as crianças de zero a seis anos, entretanto,
510 explicou que a família acolhedora não é apenas para essa faixa etária. Arrazoou que realizaram a
511 última compilação no PIA, visto que a alta complexidade está trabalhando com as bases e que,
512 ainda precisam dar visibilidade a algumas áreas que estão implícitas nos serviços, reforçando no dia
513 a dia será desconstruído o preconceito e construir uma sociedade mais inclusiva e acolhedora. O
514 Presidente Fábio Moassab Bruni informou que o CNAS e o Conselho LGBT elaborará uma
515 resolução conjunta estabelecendo diretrizes e orientações para os serviços do SUAS, entendendo
516 que seria importante consensuar com a representação do MDS para que essa questão seja levada
517 como uma pauta do CNAS. A Conselheira Elisa Maciel Costa discorreu que estão sendo realizados
518 vários estudos com relação à condição de crianças hermafroditas, ressaltando que essa questão não
519 pode ser esquecida na discussão. A Sra. Niusarete Lima observou que existe um número de

520 diversidade muito grande, destacando a importância de trabalharem conjuntamente. Seguindo para
521 o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
522 Renda, realizada no dia 19 de junho de 2017, a Conselheira Edna Aparecida Alegro elencou os
523 Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Articulou que foram debatidos os seguintes pontos
524 de pauta: I) Informes sobre a PEC 287/2016. Encaminhamento: A Comissão sugere que os
525 Conselheiros do CNAS possam aproveitar o momento em que essa pauta está suspensa para fazer
526 articulações junto aos deputados de seus Estados, visando solicitar a apresentação de destaque ao
527 substitutivo conforme proposto nos termos da referida moção; II) Lei nº 409 de 17 de maio de 2017,
528 que autoriza o município de Formosa/GO a fazer doações específica para cidadãos ou/e famílias em
529 situação de vulnerabilidade financeira, estabelece critérios de doações, cria a Comissão de Carência
530 e dá outras providências. Realizada a leitura da Lei nº 409 de 17 de maio de 2017, o Presidente
531 Fábio Moassab Bruni interrompeu o relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
532 Transferência de Renda para iniciar a apresentação da Rede Cadastro Único. O Sr. Tiago Falcão,
533 Secretário Nacional de Renda de Cidadania, confessou que ficou surpreso pela aprovação dessa lei
534 em Formosa/GO e informou que a Rede do Cadastro Único é uma demanda a partir do aumento da
535 utilização do Cadastro Único como base para diversos programas federais. Articulou que 40% da
536 população brasileira está cadastrada no Cadastro Único com informações atualizadas e que, mais de
537 20 programas federais utilizam o Cadastro como base de diversas forma, principalmente no
538 planejamento, monitoramento e na execução de políticas públicas. Explanou que o mesmo possui
539 foco nas famílias de baixa renda e é o único a trazer informações nacionais de grupos tradicionais
540 específicos. Postulou que existem 78 milhões de pessoas e 26 milhões de famílias cadastradas, sendo
541 22,6 milhões de famílias se enquadram no critério de baixa renda de até três salários mínimos de
542 renda familiar ou meio salário mínimo per capita. Complementou que existem 9.500 pontos de
543 atendimento, visto que 99,9% estão dentro da rede de assistência social e com inclusões mensais de
544 1,1 milhão de famílias. Explicou que o Cadastro é utilizado para planejamento de ações no
545 território, monitoramento, transparência, rede de atendimento das famílias em relação aos
546 programas e seleção de benefícios e que, os programas que utilizam o mesmo são: Bolsa Família
547 com cerca de 13,3 milhões de famílias; Tarifa Social de Energia com nove milhões de famílias;
548 Benefício de Prestação Continuada com 4,2 milhões de beneficiários; Minha Casa Minha Vida com
549 quase um milhão de beneficiários; Reforma Agrária com quase um milhão de famílias; Facultativo
550 de Baixa Renda com quase um milhão de contribuintes; Programa de Cisternas com 800 mil

551 famílias; Carteira do Idoso com 750 mil beneficiários; Isenção para a Taxa de Concurso acessado
552 por mais de 639 mil pessoas; e o Programa de Fomento. Discorreu que realizaram uma pesquisa
553 com os programas que utilizam o Cadastro Único, apresentando os pontos positivos e negativos
554 observados. Ilustrou que com o objetivo de superar os pontos negativos foi lançada a Rede do
555 Cadastro Único, que é um espaço de colaboração para promover a interação entre os programas e
556 usuários do cadastro, para melhorar a gestão e o atendimento ao cidadão. Postulou que a Rede irá
557 trazer uma melhor efetividade dos programas no combate às vulnerabilidades sociais e melhoria
558 para os municípios através da racionalização do atendimento e do acompanhamento, além de
559 diversas vantagens para os Estados e para a União. Salientou que esperam, dentro da rede, que o
560 Cadastro Único continue como um grande provedor de informação e que seja receptora de
561 informações. Comunicou que lançaram o Consulta Cidadão, que veio de uma demanda dos gestores
562 municipais, que alegaram que a maioria dos atendimentos é relacionada a informações e explicou
563 que o mesmo se trata de uma consulta via *internet* para que o cidadão possa saber suas informações
564 no Cadastro. Apresentou como é realizado o acesso e comentou que foram realizados 400 mil
565 acessos em dois meses. Notificou que todos os meses é atualizada as informações do relatório no
566 *site* mds.gov.br/bolsafamilia, trazendo as informações de cada um dos municípios brasileiros
567 relativos ao Cadastro Único, Bolsa Família, IGD/SUAS e entre outros. A Conselheira Clátia Regina
568 Vieira parabenizou pelo trabalho e relatou que sonha no dia que o cidadão possa acompanhar o
569 processo de inscrição no Cadastro Único, visto que as pessoas não são comunicadas do resultado. A
570 Conselheira Elisa Maciel Costa elucidou que, de fato, o Cadastro Único mudou a possibilidade de
571 vida de seu povo, fazendo com que passasse a existir perante o governo brasileiro e dando
572 mecanismo para que pudessem defender uma pauta fora do país em consonância com outros países
573 da América Latina. A Conselheira Maira José Vasconcelos Barreto Carvalho arrazoou que tem
574 acompanhando algumas conferências nos municípios de Sergipe, sendo que as maiores dúvidas e
575 reclamações são referentes ao Bolsa Família. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos
576 entendeu que o cuidado que está havendo faz com que as pessoas se sintam mais humanas e
577 concordou que é necessário ter um mecanismo para que as pessoas acompanhem o processo de
578 inscrição no Cadastro Único. Explanou que a Política de Assistência Social ainda precisa avançar,
579 para que os usuários se sintam contemplados. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça relatou
580 que não possuem a informação de quantas pessoas se inscrevem no Cadastro Único para a obtenção
581 do BPC. O Sr. Tiago Falcão compreendeu que a equipe sabe que possui uma missão a ser cumprida

582 e um dever como servidor a executar, salientando que estão tentando avançar mais em momentos
583 turbulentos. Arrazoou que o seu sonho é que as pessoas possam fazer e atualizar o seu cadastro pelo
584 celular ou computador, sendo que essa questão não está muito longe de acontecer, uma vez que
585 melhorará muito a relação entre o Estado e a sociedade. Entendeu que quando tiveram o Registro
586 Único do Cidadão, talvez, como a ideia de fazer a identificação biométrica, consigam dar saltos
587 importantes. Discorreu que o seu departamento junto a Assistência Social está tentando transformar
588 o beneficiário do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidade, em uma família
589 prioritária no atendimento e ressaltou que o processo de comunicação direta para as famílias e de
590 melhorar o atendimento da Assistência Social estão dentro dos grandes desafios. Articulou que
591 estão trabalhando o BPC juntamente com a SNAS, sendo que primeiro estão fazendo o esforço para
592 cadastramento dos beneficiários, para que possam trabalhar melhor alguns estudos e informações
593 relativas ao BPC. O Presidente Fábio Moassab Bruni postulou que a Professora Maria Luiza, no
594 Encontro Nacional do CONGEMAS, citou algumas situações parecidas com as que estão sendo
595 debatidas nesse plenário e informou que, no Eixo III da 11ª Conferência Nacional, foram buscadas
596 algumas metas do Plano Decenal, dando destaque para meta que trata da revisão do protocolo de
597 integração de benefícios e serviços no Informe CNAS nº 02. A Conselheira Elisa Maciel Costa
598 relatou que realizaram um chamamento público, em maio, em Joinville/SC, em que realizaram a
599 busca ativa e levaram o gestor para região, para que verificasse *in loco* a situação dos povos e
600 comunidades tradicionais. Ilustrou que precisam realizar uma sensibilização para que os Estados
601 compreendam a situação desses povos, fazendo chegar à importância da busca ativa. A Conselheira
602 Clátia Regina Vieira ponderou que a relação do usuário com o CRAS é bastante confusa e entendeu
603 que é necessário pensar em uma proposta de capacitação para esses trabalhadores. A Conselheira
604 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão explanou que seria interessante elaborar uma cartilha
605 sobre o Bolsa Família com uma linguagem simplificada através de gravuras e poucos textos. O Sr.
606 Tiago Falcão esclareceu que o retorno garantido é um processo no qual existe a garantia do retorno
607 automático de até dois anos da família ao Programa Bolsa Família caso retorne ao perfil do
608 programa, quando a mesma solicita voluntariamente a sua exclusão do programa. Destacou que esse
609 mecanismo é pouco conhecido pelos beneficiários e pelos gestores, sendo que o Ministro possui
610 grande interesse de dar visibilidade ao mesmo e de acabar com a limitação do prazo para esse
611 retorno automático. Arrazoou que as etapas de condicionalidade estão sendo cumpridas
612 rigorosamente e comentou que a busca ativa trouxe um movimento da Assistência Social repensar

613 as suas atividades e sobre os seus equipamentos. Elucidou que a capacitação e a comunicação estão
614 ligadas e que, estão tentando aperfeiçoar cada vez mais os mecanismos de comunicação direta com
615 os beneficiários, apoiando as iniciativas dos Estados e dos municípios, entretanto, explicou que as
616 iniciativas federais enfrentam barreiras muito grandes. Ponderou que estão realizando várias
617 capacitações com a Assistência Social, fazendo capacitação das equipes de entrevistadores e de
618 operadores do cadastro, todavia, possuem a intenção de que essa questão esteja cada vez mais
619 unificada e integrada. **ENCERRAMENTO 21/06/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni
620 afirmou que ficou bastante feliz com a apresentação e como o debate realizado e agradeceu a
621 presença de todos, encerrando o primeiro dia da 255ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA**
622 **22/06/2016:** O Presidente Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia da 255ª Reunião Ordinária do
623 CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária Executiva realize a verificação do
624 quórum. Verificado o quórum, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho justificou a ausência
625 do Maurício José Silva Cunha, nesse dia, por motivo de saúde. Retornando ao relato da Reunião da
626 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, a Conselheira Edna
627 Aparecida Alegro cumprimentou a todos e prosseguiu informando que foram debatidos os seguintes
628 pontos de pauta: II) Lei nº 409 de 17 de maio de 2017. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere
629 visita ao Conselho Municipal de Assistência Social de Formosa/GO durante a realização de uma
630 reunião plenária para tratar da referida lei. Participantes: Coordenadora Edna Aparecida Alegro,
631 conselheiro representante do Governo e técnico representante do DBA/SNAS; 02) Preparação de
632 folder comparativo sobre benefícios eventuais do SUAS versus benefícios do SUS, para ampla
633 divulgação junto aos conselhos e gestores da Assistência Social; 03) Solicitação ao conselhos
634 estaduais do envio das legislações específicas de regulamentação dos benefícios eventuais e/ou da
635 lei do SUAS no âmbito dos Estados e dos municípios, informando que esse material será objeto de
636 discussão durante a reunião trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF em data a ser definida
637 posteriormente; 04) Que a SNAS/MDS mantenha o CNAS informado sobre a conclusão da análise
638 da referida lei, bem como a posição da CONJUR/MDS em relação à referida lei; III) Pauta da
639 Reunião Ordinária de 14 de agosto de 2017: Informe sobre a Reforma da Previdência; Reunião com
640 os representantes das entidades de categorias profissionais do SUAS sobre os benefícios eventuais,
641 convidados: entidades de classe relativos aos assistentes sociais, psicólogos, advogado, antropólogo,
642 economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta. Comentou
643 que o relator da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados já sinaliza que pode haver mais

644 algumas alterações, sendo muito pertinente que continuem insistindo na retirada do BPC através de
645 um deputado. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho compreendeu que as
646 Comissões de Acompanhamento aos Conselhos devem participar da reunião com o Conselho
647 Municipal de Assistência Social de Formosa/GO e explanou que também foi um encaminhamento
648 da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos a solicitação de envio das leis dos
649 Conselhos e do SUAS, para que fosse realizada uma análise. O Presidente Fábio Moassab Bruni
650 sugeriu que a Conselheira Solange Teixeira pudesse compor a comitiva que participará da reunião
651 do Conselho Municipal de Formosa/GO e a Conselheira Solange Teixeira compreendeu que, nesse
652 momento, devem fazer uma mobilização junto ao município para que essa lei seja revogada o mais
653 rápido possível, sendo que nada impedirá de posteriormente criar uma comissão para realizar o
654 acompanhamento junto a outras instâncias. A Conselheira Edna Aparecida Alegro comunicou que a
655 atividade do Conselho Municipal de Formosa/GO terminou no dia 30 de abril de 2017 e não será
656 realizada uma nova eleição para recomposição e inferiu que precisam fazer a visita diretamente ao
657 prefeito ou aos vereadores, já que não existe conselho municipal. O Presidente Fábio Moassab
658 Bruni entendeu que precisam questionar como estará a situação do conselho no momento da visita,
659 para definir como a mesma será realizada. Não havendo mais nenhum destaque, o relato da
660 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado. Prosseguindo
661 ao relato da Reunião da Comissão de Política da Assistência Social, realizada no dia 20 de junho de
662 2017, o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira elencou os conselheiros, convidados e ouvintes
663 presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Balanço das Ações
664 Estratégicas de Combate ao Trabalho Infantil. Encaminhamento: Considerando a importância desse
665 tema e visando a promoção da articulação de diversos atores envolvidos nessa agenda, a Comissão
666 de Políticas propõe ao CNAS apresentação, na plenária, de um painel sobre as Ações Estratégicas
667 de Combate ao Trabalho Infantil, tendo como participantes a palestrante SNAS e os debatedores
668 CONANDA (duas representações - governo e da sociedade civil), Conselho Nacional de Educação
669 (duas representações - governo e da sociedade civil), OIT, CONGEMAS e FONCEAS. Ementa:
670 Apresentação do debate das Ações Estratégica de Combate ao Trabalho Infantil e apresentação do
671 diagnóstico das dificuldades dos municípios e dos Estados para a execução dessas ações, com
672 proposição de estratégias para superação das dificuldades. II) Definição da pauta – Reunião de 18
673 de julho de 2017: Política Nacional de Educação Permanente do SUAS: Balanço Geral do Programa
674 Capacita SUAS, Balanço da Capacitação do Programa Primeira Infância no SUAS e Capacitação

675 Específica de Trabalhadores do SUAS no Combate ao Trabalho Infantil – Convidados: SNAS e
676 MDS. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão observou que sentiu falta de
677 convidar o Ministério do Trabalho na proposta de discussão sobre o trabalho infantil e o
678 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira concordou com a observação, incluindo o mesmo como
679 debatedor. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante Titular do Ministério do
680 Desenvolvimento Social – MDS, sugeriu também que seja convidado o Fórum Nacional de
681 Erradicação do Trabalho Infantil e não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Comissão
682 de Políticas da Assistência Social foi aprovado. Com relação ao relato da Reunião da Comissão de
683 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada no dia 20 de junho de 2017, o
684 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski listou os conselheiros e os convidados presente e
685 relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Revisão da Classificação Orçamentária
686 da Assistência Social – Encaminhamento da Presidência Ampliada, Função nº 08.
687 Encaminhamentos: 01) Sugere a plenária pautar para a reunião de julho o resgate dos debates
688 anteriores da Comissão sobre a Função nº 08 e encaminhar para os conselheiros da Comissão para
689 subsidiar o debate; 02) Sugere a plenária pautar para a reunião de agosto debate quanto à
690 qualificação e critérios para solicitação de emendas parlamentares, convidar o FNAS e a ASPAR
691 para apresentação do manual orientador de emendas parlamentares e discussão para possíveis
692 atualizações do manual para o exercício de 2018. II) Apreciação da Análise Realizada pela
693 Secretaria Executiva/CNAS Referente à Recomposição dos PIs da Ação nº 8249 de 2017.
694 Encaminhamento: Sugere à plenária solicitar a SPO/MDS via SNAS a recomposição dos PIs de
695 Impressão e Encadernação dos Material Institucional 0824931003 e Equipamentos e Material
696 Permanente 0824941009. III) Discussão Referente ao Limite Orçamentário da Emendas de
697 Comissão, Bancada e Relator – Apreciação do Levantamento do Conjunto de Emendas
698 Parlamentares para o Orçamento de 2017 e do Fluxo Referente à Liberação do Limite Orçamentário
699 relacionado às Emendas Aprovadas para a Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Sugere a
700 plenária solicitar o FNAS levantamento do percentual de execução financeira das emendas dos
701 últimos três exercícios e encaminhar aos conselheiros da Comissão e pautar o assunto em agosto.
702 02) Sugere manter o acompanhamento do Plano de Ação da Comissão no que se refere ao ciclo
703 orçamentário. IV) Discussão sobre o PPA e LDO – Apreciação do Levantamento da atuação do
704 CNAS em relação ao PPA e LDO no que se refere à Assistência Social. Encaminhamento: Sugere a
705 plenária que sejam priorizados os membros da Comissão de Financiamento e Orçamento da

706 Assistência Social para compor o Fórum Interconselhos – ações de monitoramento do PPA
707 2016/2019. V) Definição de pauta – Reunião Ordinária do mês de julho de 2017: Análise do
708 Relatório Execução Orçamentária e Financeira do FNAS Exercício 2017 – 2º Trimestre – Relatório
709 Trimestral – LOAS artigo 19, Item VII; Apresentação da Proposta Orçamentária para 2018 – A
710 proposta deverá ser apreciada e aprovada até o dia 31 de julho de 2017 – Resolução CNAS
711 59/2009; Revisão da Classificação Orçamentária da Assistência Social – Resgate dos Debates
712 Anteriores da Comissão sobre Função nº 08. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que
713 além do encaminhamento de resgatar os debates anteriores da Comissão sobre a Função nº 08,
714 poderiam questionar a Secretaria se já possuem uma proposta de revisão, para que possam trabalhar
715 em cima da mesma. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski informou que já existe uma
716 proposta de minuta de portaria que trata das novas nomenclaturas da classificação orçamentária que
717 foi construída pela Comissão em parceria com o CONJUR, visto que a ideia é realizar uma análise
718 dessa minuta. A Conselheira Maira Leilane Oliveira Almeida explicou que a proposta de realizar o
719 resgate foi justamente por terem percebido que existe uma discussão anterior. O Conselheiro
720 Clodoaldo José Oliva Muchinski arrazoou que, embora o terceiro item de pauta não tenha destaque,
721 na explanação realizada na Comissão, foi possível visualizar que o orçamento da Assistência Social
722 não foi recomposto, pois foram realizadas emendas individuais, que nem sempre atendem aos
723 critérios da Política Nacional de Assistência Social. Informou que a proposta da Comissão para
724 2017, se houver a necessidade de recomposição do orçamento, é de realizar uma articulação para
725 captar emendas de Bancadas, de Comissão e do relator, que são as emendas possíveis de destinação
726 direto para o FNAS. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência
727 Social, realizada no dia 20 de junho de 2017, o Conselheiro Sávio Angelin Pereira relacionou os
728 conselheiros e os convidados presentes e articulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta:
729 I) Outros Assuntos: Apreciação do *e-mail* recebido na Coordenação de Normas do Conselho
730 Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC referente à consulta ao CNAS sobre as
731 organizações da sociedade civil que celebram parceria com a administração pública e
732 concomitantemente, fazem parte da composição dos conselhos. Encaminhamento: Elaborar um
733 ofício resposta, ressaltando que a Lei 13.019, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a
734 administração pública e as organizações da sociedade civil, traz na Seção X das vedações, no Artigo
735 39, Inciso III, ressaltando que a lei municipal que é mencionada no ofício estabelece regras para
736 auxílios e subvenções e a Lei 13.019 estabelece regras de parcerias. II) Informes: Apresentação da

737 minuta de consulta ao relator da PEC 287 da Reforma da Previdência do Deputado Arthur Maia,
738 sobre o impacto da isenção/imunidade das contribuições socioassistenciais das entidades. Inclusão
739 do Parágrafo XI-B no Artigo 195 da Constituição Federal. Encaminhamento: A Comissão de
740 Normas apóia o debate e entendeu que não será necessária realizar consulta ao relator da PEC 287
741 da inclusão do Parágrafo XI-B no Artigo 195 da Constituição Federal, tendo em vista que o
742 Parágrafo VII não foi alterado em relação à isenção ou imunidade. III) Apreciação da minuta a
743 consulta jurídica da CONJUR/MDS sobre inscrição e fiscalização de entidades, tendo por base as
744 resoluções do CNAS nº 14 e 21 e do Decreto nº 6.308/2007 elaborado pela Coordenação Geral de
745 Regulação do SUAS. Encaminhamento: Encaminhar a consulta a CONJUR/MDS. IV)
746 Continuidade da discussão sobre a ADIN nº 2028/1999 com a finalização da nota de
747 esclarecimentos aos Ministros do Desenvolvimento Social, da Educação, Saúde, Secretaria Geral de
748 Contencioso/AGU acerca da ADIN nº 2028/1999, para que busquem esclarecimentos junto ao
749 Supremo Tribunal Federal - STF a cerca da modulação dos efeitos da decisão sobre a certificação e
750 a gratuidade das entidades socioassistenciais. Encaminhamento: Solicitar a CONJUR/MDS cópia
751 dos embargos de declaração protocolados junto ao STF e informações relativas ao andamento
752 processual, especialmente em relação à modulação dos efeitos da decisão da ADIN nº 2028/1999.
753 V) Apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP do
754 relatório de visita do projeto de supervisão das entidades, bem como análise do censo SUAS 2016
755 sobre a rede socioassistencial privada. Encaminhamento: Encaminhar para todos os conselheiros do
756 CNAS a apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do relatório de
757 visitas do projeto de supervisão das entidades, bem como a apresentação da análise do censo SUAS
758 2016 sobre a rede socioassistencial privada no que tange aos conselhos municipais. VI) Definição
759 de pauta – Reunião de julho de 2017: Conhecer o estudo do protocolo de Gestão Integrada de
760 Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Convidar a CONJUR/MDS para discutir sobre o Decreto
761 nº 5.003/2004, que normativa a representação da sociedade civil no CNAS; Discussão a cerca do
762 Regimento Interno do CNAS. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris parabenizou a
763 Comissão pelo trabalho realizado e comentou que não sabe se o encaminhamento do Artigo 39 dará
764 clareza que as entidades que fazem parte do conselho ficariam impedidas de celebrar parceria. A
765 Conselheira Edna Aparecida Alegro esclareceu que entenderam que deveriam deixar claro que o
766 Artigo 39 da Lei nº 13.019 define os impedimentos, sendo que compor o conselho não é um
767 impedimento em nenhum momento. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris questionou se

768 existe, na etapa do processo de metodologia da supervisão, a participação do ente estadual em
769 algum momento ou se seria exclusivamente federal. A Conselheira Edna Aparecida Alegro explicou
770 que a certificação é federal, então a supervisão é apenas realizada pelo ente federal e a Conselheira
771 Marília Paiva de Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,
772 ponderou que o Coordenador Geral Substituto, Sr. Pedro, deve ter realizado um esclarecimento na
773 Comissão de que possuem indicados 300 processos para a análise de supervisão, porém, estão
774 fazendo a análise de 30 entidades. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos
775 questionou se seria possível encaminhar antecipadamente aos conselheiros o Decreto nº 5.003/2004,
776 para que os mesmos tenham conhecimento de seu conteúdo e o Presidente Fábio Moassab Bruni
777 compreendeu que podem encaminhar esse decreto, entretanto, sugeriu que esse item de pauta fosse
778 retirado da reunião de julho, já que haverá um informe específico sobre esse tema no relato da
779 Reunião da Presidência Ampliada. Os membros da Comissão concordam com a sugestão do
780 Presidente e não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Normas da
781 Assistência Social foi aprovado. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
782 iniciou o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social,
783 realizada no dia 20 de junho de 2017, elencando os conselheiros, convidados e ouvintes presentes e
784 postulou que foram debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Informes: a) Relato sobre a oficina do
785 CNAS no Encontro Nacional do CONGEMAS; b) Solicitação de atualização das normativas
786 municipais referente à lei dos conselhos e lei do SUAS. Encaminhamento: Sugere a constituição de
787 um grupo de conselheiros da Comissão para elaboração de conteúdo para o novo folder como tema
788 de benefícios da Assistência Social, a fim de facilitar a compreensão dos conselhos sobre o que faz
789 a ciência social e a política de saúde; c) Relato da Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto
790 Carvalho sobre a sua experiência como palestrante em diversas conferências municipais no Estado
791 de Sergipe; d) Relato da Conselheira Solange Teixeira que o CEAS de Alagoas não aceitou o
792 Fórum de Usuários como representante dos usuários nas eleições, uma vez que considera a
793 Resolução CNAS nº 11 como apenas uma orientação; II) Avaliação das Reuniões Regionais Norte,
794 Nordeste e Sul/Sudeste; III) Revisão do Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento aos
795 Conselhos. Encaminhamentos: 01) Proposição de oficina de trabalho da Subcomissão para revisão
796 da Resolução CNAS nº 237 no dia 18 de agosto de 2017, sendo que a mesma é formada pelos
797 Conselheiros Fábio Moassab Bruni, Edna Aparecida Alegro, Maria José Vasconcelos Barreto
798 Carvalho e Maria Amélia Sasaki; 02) Realização, pela Secretaria Executiva, de atualização na lista

799 de *e-mails* para o envio de comunicações do CNAS com base na lista de *e-mail* dos conselheiros
800 estaduais extraída do CAD/SUAS; 03) Proposição do CNAS financiar, na Reunião Trimestral do
801 CNAS com os CEAS e o CAS/DF de 18 de setembro, além da vinda de um representante do CEAS,
802 a vinda de representante do FNTSUAS e FNUSUAS; 04) Convidar representante do Fundo
803 Nacional de Assistência Social para proferir palestra na reunião da Comissão do dia 15 de agosto de
804 2017 e na Reunião Trimestral do dia 18 de setembro de 2017; 05) Realizar, no dia 15 de agosto de
805 2017, reunião conjunta com as Comissões de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
806 Renda, de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos para tratar do tema de Benefício de
807 Assistência Social; 06) Organizar seminário em educação permanente do SUAS para o início de
808 2018 com o tema “Relações Interconselhos e dos Conselhos de Assistência Social com o Sistema de
809 Garantia de Direitos”; IV) Discussão de agenda com o FONSEAS e CONGEMAS.
810 Encaminhamento: Encaminhar ao CONGEMAS consolidado das questões debatidas, a fim de
811 propor áreas para ações conjuntas entre o CNAS e o CONGEMAS; V) Definição da pauta –
812 Reunião de julho de 2017: Informes, Avaliação da Reunião Regional do CNAS do Centro-Oeste,
813 Avaliação da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF, Discussão do material para
814 o folder sobre os benefícios da Assistência Social, Convite ao FONSEAS para discussão de agenda
815 comum. A Conselheira Solange Teixeira informou que não estava presente na reunião, não podendo
816 relatar que o CEAS de Alagoas não aceitou o Fórum de Usuários como representante dos usuários
817 nas eleições e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos esclareceu que realizou esse
818 informe. A Conselheira Silva Regina Ramires compreendeu que poderiam realizar a leitura da
819 moção da Reunião Regional do CNAS – Região Sul/Sudeste, realizando leitura da mesma. A
820 Conselheira Solange Teixeira complementou que as reuniões regionais do CNAS com os CEAS é
821 um dos momentos mais importantes desse conselho e destacou que a agenda das conferências foi
822 extremamente acertada, devido à importância de entenderem como seria a realização do processo
823 das conferências locais. O Presidente Fábio Moassab Bruni concordou que as participações das
824 regionais têm sido excelentes e destacaram que as reuniões trimestrais são reuniões de trabalho,
825 não cabendo abrir o processo de trabalho para os representantes do FNTSUAS e do FNUSUAS. A
826 Conselheira Luziana Carvalho Albuquerque Maranhão explicou que a ideia era propor uma reunião
827 entre os fóruns, o CEAS e o CNAS, sendo que sugeriam juntamente com a reunião trimestral para
828 otimizar os custos. A Conselheira Solange Teixeira explicou que consta, no plano de ação, uma
829 articulação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos com o CONGEMAS e o FONSEAS,

830 para aproximar a gestão do controle social e esclareceu que a proposta seria no sentido de aproveitar
831 a reunião trimestral e realizar um momento com os fóruns, porém, também não concorda com a
832 proposição, uma vez que os objetos são muito diferentes. Compreendeu que podem manter a ação
833 dentro do plano e tentar realizar uma reunião específica da Comissão do Acompanhamento aos
834 Conselhos com o CONGEMAS e FONSEAS, para posteriormente realizar uma reunião mais
835 ampliada. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho ilustrou que, segundo o Regimento
836 Interno, as reuniões trimestrais possuem um caráter de reunião do CNAS com os CEAS e o
837 CAS/DF para construção de agendas comuns. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris
838 inferiu que, talvez, estão precisando organizar o fluxo de comunicação do que construir uma nova
839 agenda com representantes externos, sendo que os representantes do CNAS designados pelo
840 CONGEMAS e o FONSEAS poderiam ser os interlocutores, para construção dessa agenda. O
841 Conselheiro Leovane Gregório comentou que essa proposta teve a perspectiva de trazer os atores
842 que atuarão na atualização das normas e legislação da composição dos conselhos estaduais e a
843 Conselheira Silva Regina Ramires reforçou que pensaram basicamente em uma questão de
844 otimização dos recursos. Explicou que a articulação com o CONGEMAS e FONSEAS está sendo
845 feita com os representantes do CNAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que, nesse ano,
846 estão dando prioridade ao processo conferencial, uma vez que existe uma grande demanda de
847 passagens na proposta e entendeu que precisam fazer um debate mais aprofundado, para definir o
848 melhor encaminhamento. Recomendou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
849 retornasse a discutir essa proposta e elaborasse uma programação dessa reunião. A Conselheira
850 Edna Aparecida Alegro lembrou que não podem esquecer-se de incluir a participação das entidades
851 na reunião e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos explanou que o
852 encaminhamento deve ficar claro. Consensuada a alteração do encaminhamento nº 03, o Presidente
853 Fábio Moassab Bruni lembrou que os outros pontos, mesmo que seja para 2018, terão que sofrer
854 esse mesmo processo. A Sra. Maira Leilane Oliveira Almeida justificou que estava presente na
855 reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento, não podendo comparecer na reunião da
856 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e lamentou a não participação do FONSEAS nessa
857 discussão. Sugeriu que a sua participação na reunião de julho seja no período da tarde, pois a
858 Comissão de Financiamento e Orçamento necessita de quórum para aprovação do orçamento. A
859 Vice-Presidente Rosângela Maira Soares dos Santos comentou que seria importante também
860 convidar o CONGEMAS para essa reunião. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que a

861 Resolução da CIT de 2014, que trata das orientações para os municípios para preparação do projeto
862 de lei do SUAS e que possui um capítulo específico de regulamento de benefícios eventuais, poderá
863 ser um embasamento importante para elaboração do folder sobre benefícios do SUAS. A
864 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão esclareceu que esse item apenas poderá
865 ser executado após a realização da reunião conjunta Comissões de Acompanhamento de Benefícios
866 e Transferência de Renda, de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos. A Vice-Presidente
867 Rosângela Maira Soares dos Santos elucidou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
868 não poderá avaliar a Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF, uma vez que foi
869 convocada a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e não a
870 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato
871 da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi aprovado. O
872 Presidente Fábio Moassab Bruni arrazoou que estão com a expectativa de apresentar os cinco
873 vídeos produzidos com o IPEA sobre o processo conferencial ao pleno e explicou que o material
874 terá tradução de libras. Executado o vídeo de Abertura com Presidente Fábio Moassab Bruni, do
875 Eixo I com a Sra. Joana Mustafá, do Eixo II com a Sra. Joana Alencar, do Eixo III com a Sra.
876 Letícia Bartholo e do Eixo IV com o Sr. Daniel Avelino, o Conselheiro Sávio Angelim Pereira
877 compreendeu que os vídeos são muito bons, porém, constatou que o último possui uma linguagem
878 rebuscada para a compreensão dos usuários. A Conselheira Edna Aparecida Alegro ponderou que
879 ficou preocupada que o vídeo do Eixo II apenas convida os trabalhadores e os usuários, esquecendo
880 das entidades e a Conselheira Elisa Maciel Costa relatou que gostaria de observar profissionais, que
881 tratem sobre assunto, mais representativos dos diversos povos. A Conselheira Clátia Regina Vieira
882 intuiu que os vídeos estão um pouco longos e que, existem explanações tediosas nos vídeos dos
883 Eixos III e IV, salientando que é inadmissível não ter uma pessoa negra nos mesmos. O Conselheiro
884 Benedito Augusto de Oliveira articulou que os vídeos são bons, todavia, não está facilitando a
885 compreensão do público por conter uma linguagem muito técnica e o Presidente Fábio Moassab
886 Bruni afirmou que particularmente gostou muito dos vídeos e explanou que o vídeo do Eixo IV
887 necessita de uma maior técnica, devido ao seu conteúdo. Informou que houve uma dificuldade para
888 encontrar pessoas que aceitassem participar dos vídeos e observou que as manifestações são
889 observações que devem ser registradas para avaliação. A Sra. Maria das Mercês de Avelino
890 Carvalho acrescentou que as pessoas que estão nos vídeos são pesquisadores do IPEA, que tratam
891 daqueles assuntos em seu cotidiano e que, as explanações foram todas espontâneas. Prosseguindo

892 para a definição do encaminhamento da minuta da resolução dos critérios de partilha de partilha
893 para expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício de
894 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni lembrou que haviam consensuado que seria dada uma
895 nova redação a resolução. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos realizou a leitura
896 da resolução com proposta de alteração da ementa do Artigo 1º da Resolução nº 07 de 22 de maio
897 de 2017 do CNAS e o Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que, com essa nova redação, ficará
898 claro que a resolução não se trata de uma expansão de recursos e sim de estabelecer novos critérios
899 de distribuição dos recursos já existentes. Colocou para apreciação dos conselheiros e por
900 unanimidade, a resolução foi aprovada. Seguindo para o relato da Reunião da Presidência
901 Ampliada, realizada no dia 21 de junho de 2017, enumerou os participantes presentes e discorreu
902 que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Informes das reuniões das Comissões Temáticas:
903 a) Representante da Comissão de Política da Assistência Social apresentou a Presidência Ampliada
904 à importância de debater Ações Estratégicas de Combate ao Trabalho Infantil e sugere a
905 apresentação de um painel com participação de palestrantes da SNAS e debatedores do
906 CONANDA, Conselho Nacional de Educação, OIT, CONGEMAS e do FONSEAS.
907 Encaminhamento: A Presidência Ampliada acatou a proposta e sugeriu que o tema seja pauta na
908 Reunião Ordinária de agosto, visto a necessidade de tempo para articular a participação de todos os
909 convidados; II) Decreto nº 5.003/2004, que dispõe sobre o escolha dos representantes da sociedade
910 civil no CNAS; III) Recomendação nº 02 de 2015 do Ministério Público do Pará enviado aos
911 CEAS/PA. Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe enviar a demanda para discussão no
912 âmbito da Comissão de Normas da Assistência Social; IV) Ofício nº 60 de 2017 do Conselho
913 Municipal de Americana/SP. Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe enviar a demanda
914 para discussão no âmbito da Comissão de Normas da Assistência Social ; V) Moção nº 70 de 2017
915 de autoria da Vereadora Sebastiana Maria Ribeiro Tavares do DEM, encaminhada por meio do
916 Ofício nº 113 de 2017 pelo Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro/SP. Encaminhamento:
917 Enviar expediente a Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro/SP acusando o recebimento da
918 Moção. VI) Nota Pública do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP.
919 Encaminhamento: Enviar expediente ao COMAS/SP acusando o recebimento da moção. VI)
920 Demanda da Equipe de Colaboradores da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social:
921 Implicações em relação à Informe CNAS nº 05 – Orientações a Realização da Conferência da
922 Assistência Social do Distrito Federal. Encaminhamento: A Presidência Ampliada acatou a

923 demanda da Equipe de Colaboradores e propõe a ampliação de 12 para 18 delegados do Distrito
924 Federal a serem eleitos para 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. VIII) Informes: a) O
925 Presidente do Projeto Pescar encaminhou para o CNAS o relatório de atividades 2016 em
926 comemoração aos 40 anos do Projeto Pescar. O programa socioprofissionalizante criado para
927 inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho alcançou a
928 marca de 29 mil usuários, atendendo duas mil pessoas por ano em 10 Estados em 91 unidades. IX)
929 Indicação dos Conselheiros para Conferências Municipais de Assistência Social das Capitais:
930 Florianópolis – Conselheiro Leovane Gregório, Rio de Janeiro – Conselheira Solange Teixeira,
931 Maceió – Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça, Salvador – Conselheira Marília Paiva de
932 Carvalho, Porto Velho – Conselheira Edna Aparecida Alegro, Manaus – Conselheiro Benedito
933 Augusto de Oliveira, Vitória – Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Campo Grande – Conselheira
934 Elisa Maciel Costa, Curitiba – Conselheiro Carlos Nambu, Cuiabá – Conselheira Luziana Carvalho
935 de Albuquerque Maranhão, Belo Horizonte – Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto
936 Carvalho, Rio Branco – Conselheiro Fábio Moassab Bruni, São Luis – Conselheira Maira José
937 Vasconcelos Barreto Carvalho, Natal – Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Aracaju –
938 Conselheiro Samuel Rodrigues, Recife – Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Fortaleza –
939 Conselheira Solange Teixeira, João Pessoa – Conselheira Silva Regina Pereira, São Paulo –
940 Conselheiro Fábio Moassab Bruni. X) Pauta da Reunião 256ª do CNAS de julho de 2017: Dia 17/07
941 – das 09h00 as 17h00 – Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de
942 Assistência Social. Dia 18/07: das 09h00 10h00 – Recomposição da Posse do Presidente e Vice-
943 Presidente do CNAS – Gestão 2017/2018; das 10h00 as 16h00 - Reunião das Comissões Temáticas;
944 das 16h00 as 18h00 - Presidência Ampliada. Dia 19/07: 256ª Reunião Ordinária do CNAS - das
945 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 255ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 256ª
946 Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 10h30 – Informes da Presidência, Secretária Executiva,
947 MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30 as 12h00 – Relato da Comissão de
948 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 as 18h00 – Relato das Reuniões de
949 26/06/2017 e de 17/07/2017 da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência
950 Social. Dia 20/07 – Continuação da 255ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 as 12h00 –
951 Debate sobre Representações do CNAS: Espaço de Representação e Condutas dos Conselheiros
952 Nacionais; das 14h00 as 15h00 – Relato da Presidência Ampliada; das 15h00 as 16h00 - Relato da
953 Comissão de Normas da Assistência Social; das 16h00 as 17h00 - Relato da Comissão de

954 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 17h00 as 18h00 - Relato da Comissão
955 de Políticas da Assistência Social. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos explicou
956 que não está sendo solicitando a cópia do Decreto nº 5.003/2004, mas sim do projeto de decreto que
957 foi enviado em 2014 pelo Ministério e o Presidente Fábio Moassab Bruni explicou todos os trâmites
958 realizados e informou que a Casa Civil teve o entendimento que a proposta era ilegal, sendo que a
959 CONJUR/MDS está elaborando o contra-argumento, inclusive comparando os decretos de eleições
960 de outros Conselhos Nacionais. O Conselheiro Leovane Gregório entendeu que quando o TCU
961 elaborou o acórdão alegando que deveria vincular à pessoa física a entidade no CNAS, havia um
962 cenário diferente, em que eram realizadas certificações. Discorreu que, uma maneira para tentar
963 resolver essa questão, seria buscar um debate com o TCU, explicando que não são trabalhadas
964 determinadas questões que eram trabalhadas em 2009, para que possam rever esse acórdão. O
965 Presidente Fábio Moassab Bruni informou que já foi elaborada uma manifestação nesse sentido,
966 sendo que o TCU afirmou que seria intempestivo e não realizariam nenhuma análise. A Conselheira
967 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão compreendeu que o CNAS deve fazer uma
968 articulação, lutando até que seja corrigido esse erro e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos
969 Santos sugeriu esse tema seja dialogado na Comissão de Normas, para que a mesma traga uma
970 análise concisa do decreto. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho esclareceu que as
971 alternativas com relação à determinação do acórdão não foram possíveis, visto que o CNAS junto
972 com MDS tentaram todas as possibilidades junto ao TCU. A Conselheira Mariana de Souza
973 Machado Neris postulou que está preocupada com a extensão da pauta da Comissão de Normas,
974 solicitando que a plenária avaliasse se essa discussão ficaria para agosto ou se os demais pontos
975 sejam redistribuídos. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do
976 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, explanou que a alternativa pensada no passado de
977 refazer o decreto pode não ser o melhor caminho atualmente, visto que as circunstâncias mudaram e
978 não existe mais motivos para vincular a determinação. O Presidente Fábio Moassab Bruni informou
979 que as dúvidas e as sugestões poderão ser tratadas na reunião da Comissão de Normas com o
980 convite a CONJUR/MDS e esclareceu que, no convite, será solicitado que seja remetida uma cópia
981 da proposta de decreto, para encaminhar aos representantes da sociedade civil. Não havendo mais
982 nenhum comentário, o relato da reunião da Presidência Ampliada foi aprovado.
983 **ENCERRAMENTO 22/06/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de
984 todos e encerrou a 255ª Reunião Ordinária do CNAS.